



4199 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT05 - Estado e Política Educacional

Educação Corporativa e a política educacional para formação dos profissionais de segurança: o docente no contexto da Academia Integrada de Defesa Social de Pernambuco

José Jailton Siqueira de Melo - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Waldênia Leão de Carvalho - UPE

## RESUMO

O trabalho buscou verificar os requisitos de pertinência da política educacional para a formação dos profissionais de segurança de Pernambuco, tendo o docente formador como recorte analítico. Os sujeitos da pesquisa foram os instrutores/formadores dos cursos de formação das escolas que compõem a Academia Integrada de Defesa Social (ACIDES). Enquanto processo metodológico utilizou-se a pesquisa-ação e como ferramenta a análise de conteúdo, traçando o perfil e as concepções dos instrutores relativas à Educação Corporativa (EC) através de oficinas pedagógicas. Por fim, observou-se a necessidade de reavaliar a política de formação no âmbito da Educação Corporativa Estadual, através de Políticas Públicas consistentes para formar profissionais reflexivos, com uma formação inicial e permanente para o exercício da docência, visando à reforma do agir e pensar em relação às práticas docentes.

Palavras-chave: Política Educacional; Educação Corporativa; Papel Docente.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem a Educação Corporativa (EC) e a Política Educacional para formação dos profissionais de segurança como foco principal, sendo o recorte analítico dado ao docente no contexto da Academia Integrada de Defesa Social (ACIDES), Escola Corporativa da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco. Para tanto, utilizou-se como base a análise da política de formação dos profissionais, o papel atribuído ao docente que está executando suas funções nas escolas de formação e quais as contribuições para a construção de futuras ações formativas. Considerando a contemporaneidade e poucos estudos desenvolvidos, o tema abordado teve suas discussões ampliadas diante do cenário vivenciado ao longo de vinte anos de experiência profissional, a análise da política e as ações desenvolvidas pelos profissionais da Academia através de um paralelo ao que se preconiza no âmbito da educação.

## OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho fora caracterizar os requisitos de pertinência da política educacional para a formação dos profissionais de segurança na Educação Corporativa, tendo o docente formador como recorte analítico, permitindo compreender qual o papel atribuído ao docente e como suas práticas são desenvolvidas nas ações formativas.

Para tanto, subsidiamos nossa pesquisa em dois objetivos específicos: 1 - Identificar os elementos norteadores da política educacional para formação dos profissionais de segurança na Educação Corporativa e 2 - Identificar o papel atribuído ao docente formador da ACIDES no âmbito dos documentos oficiais, bem como segundo as práticas dos profissionais em atuação.

## PROBLEMÁTICA

O problema evidenciado fora se a Política Educacional para formação dos profissionais de segurança na EC, tendo como recorte analítico o papel atribuído ao docente formador, fortalece a formação dos servidores estaduais diante das ações desenvolvidas? Buscando caracterizar os requisitos de pertinência da política educacional para formação do formador e subsidiar ações de formação desenvolvidas na ACIDES. Associado a este problema, aponta-se como problemáticas: A política educacional para formação dos profissionais de segurança na EC, os docentes formadores e o papel atribuído a esses docentes nas ações de formação desempenhadas.

Esta problemática faz parte da vivência do pesquisador, como aluno do Curso de Formação para ingresso na carreira de oficial do Corpo de Bombeiros, na atuação, em todos os aspectos, da formação dos profissionais de segurança, e na gestão pedagógica, consubstanciado através de estudos realizados numa investigação de caráter exploratório, desenvolvido por Melo & Gonçalves (2016), o qual permitiu entender melhor o papel do professor/formador na Educação Corporativa Estadual.

Diante desses prismas, foi possível elaborar as seguintes questões norteadoras da pesquisa: De que forma a política educacional para formação dos profissionais de segurança está pensando o docente formador na EC? Até que ponto as práticas pedagógicas dos formadores que atuam como docente está correspondendo com o papel a eles atribuído nas ações de formação desenvolvidas pela ACIDES?

## METODOLOGIA

A abordagem foi quali-quantitativa e seguindo os métodos da pesquisa-ação. Utilizou-se como instrumentos para coleta de dados, a Oficina Pedagógica, junto aos docentes que realizam as ações formativas nos cursos da ACIDES. A intervenção pedagógica serviu de base para a construção da proposta de formação inicial para os interessados a ingressarem no Corpo Docente, bem como para uma formação permanente aos que hoje se encontram no papel de formador.

## RESULTADOS

A EC trata-se de uma tendência mundial, desde século XX e mais fortemente no século XXI, e pode ser definida como:

[...] uma prática coordenada de gestão de pessoas e de gestão do conhecimento tendo como orientação a estratégia de longo prazo de uma organização. Educação corporativa é mais do que treinamento empresarial ou qualificação de mão-de-obra. Trata-se de articular coerentemente as 27 competências individuais e organizacionais no contexto mais amplo da empresa. (MDIC, 2013).

Desta forma, tem como objetivo principal “desenvolver e educar funcionários, clientes e comunidade, a fim de cumprir as estratégias

empresariais da organização” (MEISTER, 1999, p. 29), foi adotada e consolidada pelo Programa de Educação Corporativa estadual desde 2008, com o objetivo de “coordenar a gestão do conhecimento, de modo a proporcionar uma articulação coerente com as competências individuais e organizacionais” (PERNAMBUCO, 2008, sp.), onde destaco duas palavras chaves, a educação e o conhecimento.

Nessa perspectiva, faz-se necessário refletir sobre o formador na EC e o que se espera desse profissional, levando em consideração que Braga (2013, p. 64) defini como professor o “profissional responsável por organizar conteúdos, selecionar metodologias e implementar as ações de ensino”, é razoável o estudo da política educacional para a formação dos profissionais de segurança e dos formadores que atuam nessas ações, por considerar que “as coisas mais importantes não podem ser ensinadas, mas devem ser descobertas e apropriadas pela própria pessoa. (O professor) serve como um provocador e parceiro da auto descoberta de outros” (SCHON, 2000, p. 78).

Diante deste prisma, a pesquisa através da análise das políticas educacionais nas ações de ensino, formação e capacitação desenvolvidas, demonstrou alguns avanços e desafios na formação dos profissionais de segurança pública, pensando o docente formador na EC. Logo, o perfil e as práticas pedagógicas dos formadores que atuam como docentes carecem passar por um processo de ressignificação, diante dos aspectos levantados pelos próprios formadores nas ações, pois os papéis atribuídos a eles nas áreas de formação e capacitação estão muito mais além para o qual estão sendo exigidos.

A falta de formação inicial e permanente e a carência de um suporte teórico dificultam as ações da EC nas escolas de formação, haja vista que os docentes são oriundos de uma formação inicial repleta de lacunas e ausências e em sua maioria não foram preparados para atuar como docentes, o que iria exigir um maior desprendimento curricular e disciplinar, interagindo com outras áreas de conhecimento.

De acordo com os dados da pesquisa realizada com os docentes e das Oficinas Pedagógicas no âmbito da ACIDES, observamos que a maioria dos docentes investigados sequer possui o conhecimento necessário para o debate das políticas educacionais relacionados à formação na segurança pública, em nível de Estado e Federação, atribuindo aos órgãos e instituições a função de estabelecer um diálogo frente à EC, o que vai de encontro com os preceitos legais, tornando imprescindível a criação de espaços voltados para ampliação da temática.

Estes docentes pontuam que as formações continuadas voltadas aos docentes são insuficientes e/ou quase inexistente e essas questões são extremamente relevantes para o desempenho das suas funções, dentro das exigências previstas e para o exercício da docência. Esta problemática atrelada a uma formação inicial, na qual o ensino multipartido em disciplinas é o cerne, não estão preparando profissionais para a prática da docência.

Nessa perspectiva, não basta ensinar só ofício, é importante transpor os limites da didática e transformar o aprendente em verdadeiro profissional de segurança pública, que diante da vossa consciência política, possibilite avaliar e ponderar o limiar entre o aprendizado da profissão, os conhecimentos e valores que devem ser garantidos a todos; O conhecimento deve propor a construção de um novo significado aos conteúdos, sem se distanciar dos deveres e objetivos Institucionais, tendo como base a formação estabelecida através dos princípios e doutrina da Política Educacional fortalecida na EC.

Para tanto, a formação continuada é apontada pelos formadores como alternativa para que a EC seja inserida nas políticas educacionais, tendo em vista que a falta de domínio dos conceitos e saberes docentes, relacionados ao tema provoca insegurança nos formadores nas ações desenvolvidas. Demonstrando ainda que uma grande parte dos docentes compreende a necessidade de buscar a formação devida para o desenvolvimento das suas práticas, no entanto, apontam como fundamental para o processo, a ressignificação dos saberes arraigado durante toda sua vida acadêmica e profissional.

Diante desse cenário, o interesse político não pode estar acima dos anseios da sociedade, considerando as postulações oriundas da Carta Magna os políticos devem ser os “representantes do povo brasileiro”, devendo garantir “o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça...” (BRASIL, 1988). Desse modo é relevante “assenhorear-se do passado, entendê-lo, explicá-lo, de modo a compreender o presente e planejar o futuro” (RUSSEN, 2015, p.11), o simples entendimento das dimensões históricas por si só não é de grande valia se as transformações não surgirem para orientar e guiar as nossas ações.

Por outro lado, surgem os novos desafios, como a Medida Provisória nº 821, aprovada em fevereiro de 2018, que criou o Ministério de Segurança Pública, o qual visa “coordenar e promover a integração da segurança pública em todo o território nacional em cooperação com os demais entes federativos” (BRASIL, 2018, p. 1), bem como a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que “institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS)” (BRASIL, 2018, sp). Num momento temerário e de crise na Segurança Pública do País, medidas que surgem como soluções para o descontrole do Estado diante do caos. Deixando-nos os seguintes questionamentos, quais serão os impactos na política educacional de formação e capacitação dos profissionais de segurança pública do Brasil? O problema da violência do nosso país está somente associado à pasta da Segurança Pública, ou precisamos da mobilização urgente que envolva a união da comunidade científica, do poder público e da sociedade civil organizada e mobilizada como um todo?

E, finalmente, serão apresentadas algumas considerações finais resultantes da pesquisa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões acerca da EC e das Políticas Públicas para formação profissional dos profissionais de segurança pública carecem de uma constante avaliação dos processos, uma vez que a formação desses profissionais sofrem influências dos Programas de Governo e dos setores que envolvem a sociedade organizada. Desta forma, há uma grande necessidade de analisar as demandas sociais, a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das potencialidades, competências e ir além das estratégias políticas, considerando que a segurança pública deve ser garantida pelo Estado.

Por fim, concluímos que Educação Corporativa e as políticas educacionais para formação e capacitação dos profissionais de segurança pública, tendo como recorte o docente formador, urgem da reestruturação dos programas de formação e capacitação, considerando as demanda do governo e da sociedade e buscando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das habilidades e competências, com projetos políticos pedagógicos específicos a essa modalidade de ensino da Educação Profissional, tendo como norte a aprendizagem significativa, profissionais mais reflexivos e serviços de melhor qualidade a Sociedade, razão de toda a existência do poder público.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, José Carlos. **Educação corporativa: a educação percebida na administração de empresas**. Porto Alegre, Faculdade de Educação, PUCRS. 2013. 122 f..

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13675, de 11 de junho de 2018. **Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp)**, Brasília, DF, 2018, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado, 1997.

\_\_\_\_\_. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**, coordenação Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. 362p.- Disponível em <[http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras\\_publicacoes/pagina-1/2matriz-curricular-nacional\\_versao-final\\_2014.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-1/2matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 821, de 2018 (criação do Ministério Extraordinário de Segurança)** Câmara dos Deputados. Brasília 2018. s/p – Disponível em <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=29F87059BF59BC4646E4EE7259C8EFF7proposicoesWebExterno1?codteor=1641472&filename=MPV+821/2018](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=29F87059BF59BC4646E4EE7259C8EFF7proposicoesWebExterno1?codteor=1641472&filename=MPV+821/2018)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

IMBERNÓN, F. (Org.) **A educação no século XXI**. Porto Alegre: ARTMED, 2000. p. 85.

LIBÂNEO, José Carlos. **Formação de professores e Didática para Desenvolvimento Humano**. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 40, n.2, p.629-650, 2015.

PERNAMBUCO. Lei Complementar nº 066. **Cria a Academia Integrada de Defesa Social do Estado de PE – ACIDES - PE** de 19 de janeiro de 2005.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 43.993\_2016, de 29 de dezembro de 2016 - **Cria a instrutoria interna no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências**. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=6HYPERLINK&tiponorma=6&numero=43993&complemento=0&ano=2016&tipo>>. Acesso em 15 fev 17.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 35.408, DE 09 DE AGOSTO DE 2010. **Institui o Programa de Educação Corporativa, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=6HYPERLINK&tiponorma=6&numero=35408&complemento=0&ano=2010&tipo>>. Acesso em 15 fev 17.

PEREZ, Rus; ROBERTO, José. **Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?**. Educação & Sociedade, v. 31, n. 113, p. 1190, 2010.

RUSSEN, Jorn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão C. De Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SCHÖN, D.A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem** Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000, 256p.